



A formação inicial do pedagogo para atuação em espaços não escolares

The initial formation of the pedagogue to work in non-school spaces

Amanda Galvão Folha¹; Elisângela de Andrade Aoyama²

RESUMO

A atuação do pedagogo pode ocorrer nos mais variados espaços, por isso, não cabe limitar a formação dos pedagogos para que exerçam suas funções apenas dentro de um ambiente escolar. O trabalho tem por objetivo compreender a formação inicial do pedagogo para a atuação nos espaços não escolares, considerando que tais ambientes também carecem de uma prática invulnerada por parte do profissional que a exerce. Trata-se de uma revisão da literatura, para investigação do tema fazendo uso de uma abordagem qualitativa. Foi usado como critério de inclusão da pesquisa estudos referentes nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Redalyc, além de acervos em bibliotecas *on-line*, periódicos e sítios do Ministério da Saúde (MEC) publicados no período de 2015 a 2021. O presente trabalho abordará questões sobre o currículo do curso de Pedagogia, as potencialidades para atuação e as práticas do pedagogo em espaços não escolares e o quão difícil é a formação inicial dos profissionais da Pedagogia para atuarem nesses espaços. Para um pedagogo não é uma tarefa simples, pois é necessário que o projeto pedagógico das instituições de ensino superior traga em sua composição as possibilidades de atuação e aprofundamento da atuação dos pedagogos.

Palavras-chave: atuação; espaço não escolar; formação de pedagogos.

ABSTRACT

The performance of the pedagogue can occur in the most varied spaces, therefore, it is not appropriate to limit the training of pedagogues so that they exercise their functions only within a school environment. The objective of this work is to understand the initial formation of the pedagogue to work in non-school spaces, considering that such environments also lack an invulnerable practice on the part of the professional who exercises it. This is a literature review to investigate the topic using a qualitative approach. Referring studies in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Redalyc databases, as well as collections in online libraries, journals and websites of the Ministry of Health (MEC) published from 2015 to 2021 were used as a criterion for inclusion in the research. The present work will address questions about the curriculum of the Pedagogy course, the potential for performance and practices of the pedagogue

¹Graduada em Pedagogia, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: amandagalvao187@gmail.com

²Mestra em Engenharia Biomédica. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior e Gestão em Educação Ambiental. Graduada em Ciências Biológicas e Licenciatura em Pedagogia. Docente no Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: elisangela.aoyama@uniceplac.edu.br

in non-school spaces and how difficult the initial training of Pedagogy professionals is to work in these spaces. For a pedagogue, it is not a simple task, as it is necessary that the pedagogical project of higher education institutions bring in its composition the possibilities of acting and deepening the work of pedagogues.

Keywords: *performance; non-school space; training of pedagogues.*

1 INTRODUÇÃO

Os processos educacionais são complexos e demandam uma ciência para que transforme essa complexidade. Não podemos limitar o objeto da Pedagogia apenas na formação de profissionais que desempenhem funções docentes em sala de aula. É possível que a atuação do pedagogo aconteça nas mais variadas possibilidades como em organizações sociais, empresas, recrutamento e seleção de pessoas, ambientes hospitalares, desenvolvendo projetos educacionais escolares ou não escolares, desenvolvendo materiais didáticos, entre outras. Sendo assim, o campo de atuação do pedagogo está diretamente ligado aos processos de transmissão e assimilação de saberes da formação humana, não apenas da criança, contribuindo com o desenvolvimento de habilidades e competências (OLIVEIRA *et al.*, 2017, *apud* LIBÂNEO, 2002, p. 51).

A atuação de pedagogos em espaços não-formais ou espaços não escolares diz respeito a um processo educacional que não possui uma estruturação rígida e nem sistematizada. Entende-se que o espaço não-formal está relacionado às organizações políticas, científicas, profissionais, educação cívica que possuem uma natureza intencional. Existe uma crescente procura da atuação do pedagogo no espaço não escolar nas instituições privadas e religiosas, e pelas organizações não governamentais, isto é, são locais que ultrapassam os muros das escolas. A ação pedagógica no espaço não escolar está relacionada às atividades que envolvem trabalho em equipe, estratégias, planejamento, formação pessoal e profissional, orientação, coordenação, sendo que o objetivo principal desses atos visa às transformações de cada indivíduo (MOREIRA; FREITAS, 2018).

Desta forma, é importante que a formação do pedagogo seja pautada no ensino e na pesquisa, pois com a gama de possibilidades de atuação esse profissional precisa ser qualificado para os vários âmbitos educativos. A formação inicial do pedagogo precisa estar articulada de forma que a teoria e a prática dialoguem para

que o trabalho pedagógico ocorra com qualidade e em diferentes cenários. A formação do pedagogo se efetiva em bases consistentes, teoricamente sólidas e fundadas nos princípios de qualidade e de relevância social (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

O presente trabalho tem por finalidade a compreensão da formação inicial do pedagogo para a atuação nos espaços não escolares e tais ambientes também necessitam de uma prática segura por parte do profissional que a exerce, assim, podendo contribuir para as aprendizagens e particularidades de cada ambiente. A pesquisa se norteou por meio do seguinte questionamento: como a formação inicial do pedagogo abarca conhecimentos para a atuação em espaços não escolares?

Com o intuito de responder tal questionamento, o presente trabalho tem o objetivo de compreender a formação inicial do pedagogo para a atuação nos espaços não escolares. Para tanto, o desdobramento desse propósito maior foi por meio dos seguintes objetivos específicos: identificar os aspectos curriculares que qualificam para a atuação do pedagogo em espaços não escolares; identificar as potencialidades e fragilidades para a atuação do profissional em ambientes não escolares, a partir da sua formação; apresentar os aspectos que a formação inadequada pode acarretar na prática do pedagogo em espaços não escolares.

A relevância em pesquisar a atuação do pedagogo em espaços, além do ambiente escolar, elevou-se de uma inquietação pessoal, que foi motivada pelas experiências práticas e de horizontes profissionais traçados durante a formação acadêmica, especificamente se tratando de pedagogia em espaços não escolares: museu como extensão da sala de aula e pedagogia empresarial. Justifica-se a necessidade do estudo sobre o tema por conta da possibilidade deste trabalho amparar o diálogo sobre as possibilidades de atuação do pedagogo.

Portanto, este estudo poderá proporcionar reflexões significativas para os profissionais que pretendem atuar em espaços não escolares, aos egressos do curso de pedagogia e demais profissionais que tenham o interesse de conhecer a atuação do pedagogo em espaços além do ambiente escolar. Compreender essa possibilidade de trabalho faz com que o profissional busque constantemente qualificação e assim, terá mais oportunidades de ingressar no mercado de trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de uma revisão da literatura, utilizada na pesquisa bibliográfica para investigar o tema delimitado. De acordo com Galvão e Ricarte (2020), a revisão de literatura é um termo genérico, que compreende todos os trabalhos publicados que oferecem um exame da literatura abrangendo assuntos específicos. É possível encontrar diversos artigos de revisão de literatura que apresentam diferentes abordagens para as diferentes etapas do desenvolvimento desses trabalhos.

No que se refere ao tipo de pesquisa bibliográfica Gil (2008), corrobora que esse tipo de pesquisa é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos a partir da técnica de análise de conteúdo.

A abordagem utilizada é qualitativa, orientada aos processos, sendo de suma importância para a confecção do trabalho, pois permitiu estabelecer procedimentos para uma revisão bibliográfica de qualidade propiciando atalhos para chegar ao resultado sem grandes dificuldades. A pesquisa bibliográfica pretende responder a seguinte problemática: como a formação inicial do pedagogo abarca conhecimentos para a atuação em espaços não escolares?

Este trabalho foi elaborado a partir de uma revisão da literatura e foi usado como critério de inclusão pesquisas/estudos referentes nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Redalyc, além de acervos em bibliotecas *on-line*, periódicos e sítios do Ministério da Educação (MEC) publicados no período de 2015 a 2021. Com o intuito de encontrar trabalhos que explicam sobre a temática, os quais estavam nos idiomas português, espanhol e inglês.

Como critérios de exclusão, aqueles trabalhos publicados em *blog*, fórum ou que tiveram a publicação e embasamento na pesquisa em anos abaixo de 2015 não foram utilizados. Para coleta de dados foram utilizadas as bases: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Redalyc, as palavras-chave utilizadas foram “currículo”, “atuação do pedagogo em espaços não escolares” e “espaços não escolares”.

A organização da presente revisão ocorreu entre os meses de março a maio de 2021, em que proporcionou direcionamento da pesquisa em relação ao tema, a



fim de permitir formular hipóteses para a resolução da problemática em questão, relacionada a estudos anteriores. De posse das informações, iniciou-se a leitura e fichamento de textos para a análise dos dados de acordo com o assunto escolhido. Após este ter sido organizado e categorizado em áreas temáticas, deu-se início a escrita da redação, desta forma, resultou o fechamento do ciclo da pesquisa de revisão bibliográfica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentada as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2006), que estabelece a base da formação em Pedagogia, considerando espaços escolares e não escolares, trazendo o contexto histórico da formação inicial do pedagogo no Brasil e da educação formal e não formal, pontuando algumas das potencialidades e os desafios da atuação fora do ambiente educacional formal, considerando a formação do pedagogo para o exercício profissional nos seguintes setores: empresarial, hospitalar, social, jurídico e museal.

3.1 O currículo do curso de pedagogia e os espaços não escolares

A partir da resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) n.º 01 de 15 de maio de 2006 foi instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Pedagogia. Essas diretrizes estabelecem a docência como base de formação do profissional de pedagogia, evidenciaram outros espaços de atuação e também preconiza a necessidade de o curso propiciar conhecimento sobre o espaço não escolar (BRASIL, 2006).

O documento prevê a atuação do pedagogo em áreas não escolares, ao assegurar que o exercício da profissão também se aplica a cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, “aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal” (DCN, 2006, p. 2).

No artigo 4º do Parecer CNE/CP n.º 05/2005 estão previstas as finalidades do curso, onde se observa mais uma vez a ampliação do espaço de atuação do profissional licenciado em pedagogia. Além disso, pode ser observado as ações que englobam as atividades docentes, contemplando etapas de planejamento e execução



de projetos em ambiente não escolar, considerando a difusão dos saberes científico e tecnológico.

Além disso, a lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996, mais conhecida como LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamenta a educação brasileira, trata das possibilidades de atuação dos profissionais da educação, para atendimento dos fundamentos para a formação dos profissionais do sistema educacional considerando os objetivos pontuados no art. 61 da Constituição Brasileira. Sendo assim, o profissional de Pedagogia está apto para trabalhar em espaços escolares e não escolares, com o propósito de construir uma sociedade mais justa, equânime e igualitária.

Dessa forma, apesar de mencionar que o pedagogo é um profissional que pode atuar em espaços não escolares, ao que parece, não deu “espaço” para que suas orientações legais impactassem de forma direta para que as universidades se abrissem para a elaboração de um currículo para o curso de Pedagogia, que oferecesse subsídios concretos para a formação de um pedagogo capaz de atuar com qualidade para além dos muros da escola (LUCINDO; RIBEIRO, 2019).

Segundo Severo (2017), o currículo do curso de Pedagogia no que se refere ao trabalho em espaços não escolares apresentam problemas, pois muitas vezes há falta de clareza e substancialidade de disciplinas que se propõem a tematizar o campo não escolar como: a desarticulação entre disciplinas teóricas e práticas; a ausência de uma perspectiva integralizadora que fixe melhor às disciplinas de espaços não escolares e as demais disciplinas do currículo; a dispersão e fragmentação temática; e a falta de especificidade das ementas e referências bibliográficas contidas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs).

Embora haja um respaldo das Diretrizes Curriculares Nacionais (2006), referentes à atuação do pedagogo extraclasse, muitas são as dúvidas sobre o desempenho e o que de fato esses profissionais realizam nas empresas, tais como: suas funções; como esse profissional desempenha suas atribuições; o que de diferente existe em suas efetivações profissionais. Nesse sentido, se faz importante uma devida atenção para os currículos das faculdades de educação e para os projetos políticos pedagógicos do curso de pedagogia, de modo a melhor atenderem essa demanda de um novo tempo (PINHEIRO, 2020). Para tanto, a atuação do pedagogo em espaços não escolares necessita ser notada, estudada, compreendida e entendida

para que sua formação seja de qualidade e preparada para o mercado de trabalho, já que a educação está em constante transformação.

Entende-se que poucas são as disciplinas específicas para trabalhar o tema de espaços não escolares para o currículo de Pedagogia. Severo (2017), destaca que o curso de Pedagogia deve abrir possibilidades de formação e aproveitar a base de conhecimentos gerais da educação que já possui, sem subsumi-los ou limitá-los apenas ao escopo da docência escolar, visto que a inserção de espaços não escolares no âmbito pedagógico se constitui como uma demanda histórica, pois responde às necessidades emergentes da complexidade que se revela no modo de estruturação e de comportamento das sociedades globalizadas.

3.1.1 Formação inicial do pedagogo no Brasil

No Brasil, o curso de Pedagogia, ao longo de sua história, teve como seu objeto de estudo os processos educativos em escolas e em outros ambientes. A padronização do curso de Pedagogia se deu em 1939, com o objetivo de formar bacharéis em Pedagogia, quando o governo federal promulgou o decreto-lei n.º 1.190/39, criando o curso de Pedagogia ao organizar a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Os anos de 1930, foram marcados por importantes iniciativas no campo educacional, dentre elas o trabalho desenvolvido pelos institutos de educação, tendo como base as experiências escola novistas. Ao ser criado, o foco do curso recaía na formação de bacharéis em Pedagogia para ocuparem os cargos técnicos em educação (CNE, 2006).

Algumas alterações foram introduzidas no currículo do curso em 1962, porém não identificaram precisamente o profissional a que se refere, estabelecendo que o curso de Pedagogia se destina à formação do técnico em educação e do professor de disciplinas pedagógicas do curso normal (BALLEN, 2019).

A Lei da Reforma Universitária n.º 5.540, de 1968, facultava à graduação em Pedagogia, a oferta de habilitações: supervisão, orientação, administração e inspeção educacional, assim como outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho. Em 1969, dispunham sobre a organização e o funcionamento do curso de Pedagogia, indicavam como finalidade do curso preparar profissionais da educação assegurando possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos (CNE, 2006).



O documento do CNE (2006), aborda que no início da década de 1980, várias universidades efetuaram reformas curriculares, de modo a formar, no curso de Pedagogia, professores para atuarem na Educação Pré-escolar e nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau. Como sempre, no centro das preocupações e das decisões, estavam os processos de ensinar, aprender, além do de gerir escolas.

Nos anos 1990, foi se constituindo como o principal *locus* da formação docente dos educadores para atuar na Educação Básica: na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os cursos de Pedagogia, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não-escolares. Os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos (CNE, 2006).

3.1.2 A educação formal e não formal

Para pensar nos modos de ensino e como eles se dão na sociedade, é preciso compreender que a educação é um conceito amplo e que pode ser analisada sob três enfoques: a educação formal, a educação informal e a educação não formal. O ensino formal, cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. A educação formal como se conhece é organizada, acontece em local específico, sistematizado, com análise de conteúdo, em outras palavras, é regulada por leis, normas da instituição de ensino. Sendo formal, espera resultados, analisa os dados obtidos a partir dos planejamentos anteriormente realizados (LIMA *et al.*, 2019).

Cabe ressaltar a ideia de Gadotti (2005), acerca da educação formal, onde afirma que possui objetivos e meios claramente definidos e tem como local de ocorrência principal, o ambiente escolar. Ela responde a uma gerência normalmente centralizada e que se organiza através de uma estrutura hierárquica, burocrática, que atua em nível nacional. Tal estrutura faz-se percebida por meio dos currículos e dos

órgãos fiscalizadores do ministério da educação.

A educação formal é disposta em local característico e sistematizado, com análise de conteúdo, ou seja, é regida por leis e processos normativos da instituição de ensino. Com tal estrutura, é esperado resultados que são analisados considerando os planejamentos analisados anteriormente (LIMA *et al.*, 2019). A Constituição Federal de 1988 assegura a educação formal para a população.

Por outro lado, a educação não formal pode ocorrer em uma dimensão diferente, envolvendo as experiências adquiridas no decorrer da vida, construindo uma identidade coletiva, contemplando certo engajamento político para um entendimento de questões sócio-políticas sociais. Em síntese, a educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade, destacando, entretanto, sua relevância no campo da juventude (GOHN, 2020).

Para Rego (2018), a educação não formal não é necessariamente baseada por leis do sistema nacional de educação, ela pode ocorrer por diretrizes que pode ser definida por um grupo de pessoas e para educandos que não necessariamente possuem vínculo com alguma instituição de ensino. Por isso considera-se extra – escolar e não formalizada, sem certificação ou com certificação não oficial, no entanto, é um tipo de educação organizado, intencional, deliberado e sistematizado nos seus objetivos, conteúdos e programas. O autor ainda cita a pedagogia da consciencialização ou problematização de Paulo Freire, para exemplificar a educação não formal, uma vez que esta pedagogia é possível fazer com que os educandos possam realizar discussões acerca de sua realidade indo muito além da decodificação da palavra, buscando uma leitura integral do mundo.

É importante caracterizar a educação não-escolar e a educação não-formal, porque ao debruçar-se sobre a literatura, é bastante comum encontrar essas duas terminologias, entretanto sem que esteja clara a distinção entre ambas. Quando se fala de educação-não formal, a literatura em sua grande maioria, define-a por oposição à educação formal, que seria aquela realizada na escola. No entanto, isso poderia levar ao pensamento de que a educação não-formal seria uma negação da educação formal. Em outros estudos, há ainda o uso de terminologias diferentes indicando a educação realizada extramuros da escola, tais como educação informal, ensino aberto, educação popular, educação não-escolar (PINHEIRO, 2020).

3.2 Potencialidades e desafios na atuação do profissional de pedagogia em ambientes não escolares

A possibilidade da atuação do/a pedagogo/a em novos espaços, além da escola já está determinada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, em seu artigo 4º, II e Art. 5º, IV (BRASIL, 2006). Há, para o/a profissional da Pedagogia, o desafio de uma nova forma de atuação pedagógica, ou seja, a vivência em espaço não escolar (RABELO, 2017).

Na Resolução CNE/CP n.º 1/2006 no Artigo 5.º, diz que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 2006).

A sociedade possui diferentes práticas educativas, nas quais não necessita de um espaço específico, mas é necessário que esteja em uma configuração intencional para uma efetivação de desenvolvimento de iniciativas pedagógicas, assim contribuindo para uma formação construtivista de seres humanos como membros ativos de uma sociedade (PIMENTA *et al.*, 2017).

De acordo com Moreira e Freitas (2018), há tempos que a escola deixou de ser o único campo de atuação de um pedagogo, a pedagogia em espaços não escolares pode se concretizar por qualquer prática educativa que venha despertar e desenvolver no sujeito conhecimentos que o humanize, tornando-o um cidadão crítico e emancipatório, buscando desenvolver todos os aspectos que possibilitem essa educação, independente do espaço em que esteja atuando. Essa área de atuação tem se ampliado cada vez mais, trazendo várias possibilidades para o profissional da Pedagogia, e a sua função deve ser sempre pautada pelo conhecimento científico.

A formação do pedagogo prevê o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que os capacite a intervir nessa realidade, transformando a prática pedagógica em uma prática social, fazendo desta, o ponto de partida e de chegada para ressignificação dos saberes na formação dos professores, pois nas práticas docentes estão contidos elementos desde a problematização, como o enfrentamento de situações de ensino complexas, cujas tentativas mais radicais e ricas de inovações ainda não estão configuradas teoricamente (RABELO, 2017).

A ação pedagógica no espaço não escolar está relacionada às atividades que



envolvem trabalho em equipe, estratégias, planejamento, formação pessoal e profissional, orientação, coordenação, sendo que o objetivo principal desses atos visa às transformações de cada indivíduo (MOREIRA; FREITAS, 2018). Os autores ainda destacam que esse profissional desempenha suas funções em vários locais, sendo estes espaços escolares ou não-escolares, a Pedagogia é aliada em qualquer área que demande conhecimento pedagógico, mas vale ressaltar que nesta perspectiva necessita de controle emocional e constante formação para desempenhar um bom trabalho.

Compreendendo a amplitude de atuação deste profissional, considera que o trabalho desempenhado pelos educadores em ambientes escolares diferencia-se dos educadores que atuam em ambientes não formais, apreciando estes os que ocupam apenas partes de seu tempo nestas atividades: formadores, animadores, instrutores, organizadores, técnicos, consultores, orientadores, que desenvolvem atividades pedagógicas (não escolares) em órgãos públicos, privados e públicos não estatais ligados às empresas, à cultura, aos serviços de saúde, alimentação, promoção social, etc., podemos inferir que o pedagogo não trabalha apenas em escolas (OLIVEIRA *et al.*, 2017 *apud*. LIBÂNEO, 2010).

As potencialidades do pedagogo estão diretamente relacionadas com as transformações contemporâneas, enfocando o desenvolvimento humano, o trabalho em equipe, o aprofundamento teórico, estudando os processos de aprendizagem, as estratégias de ensino, dentre outros requisitos que conferem ao pedagogo sua especificidade.

3.3 Formação e as práticas do pedagogo em espaços não escolares

O pedagogo, ou seja, o profissional formado na Licenciatura em Pedagogia, atua sobre os processos relacionados ao ensino e aprendizagem com o objetivo de contribuir e fortalecer a construção do conhecimento, associando, assim, o aprendizado às questões sociais e à realidade de cada indivíduo. É ele quem media e facilita a aprendizagem independentemente do ambiente que está inserido (BARDUNI FILHO; FIGUEIREDO, 2020).

O profissional da Pedagogia pode atuar profissionalmente desempenhando funções docentes, atuar na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educacionais escolares e extraescolares, ou seja, ele pode atuar na



articulação de projetos pedagógicos prestando assessoramento e coordenação pedagógica, consultoria, avaliação e pesquisa educacional em diversos espaços. Na sociedade contemporânea não é possível traçar um divisor rígido entre espaços educativos nas ditas áreas emergentes do campo educacional (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

Conforme Ballen (2019), Oliveira *et al.* (2017), Costa, Soares e Medeiros (2020), Santos *et al.* (2020) e Souza (2016), o profissional da Pedagogia até o momento tem algumas áreas não escolares em que pode atuar, dentre elas destacam-se: a Pedagogia Hospitalar, a Pedagogia Empresarial, a Pedagogia Social, a Pedagogia Jurídica e a Pedagogia Museal.

Na Pedagogia Hospitalar, compreende os procedimentos necessários à educação de crianças e adolescentes hospitalizados, de modo a desenvolver uma singular atenção pedagógica aos escolares que se encontram em atendimento hospitalar e ao próprio hospital na concretização de seus objetivos (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

A pedagogia hospitalar poderá atuar nas unidades de internação ou na ala de recreação do hospital. Como direito da criança, “desfrutar de alguma recreação, programas de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência no hospital” (CNDCA, 1995). Esta nova prática pedagógica ameniza o sofrimento da criança internada no hospital, o paciente se envolve em atividades direcionadas por profissionais voltados a área da educação, desta forma, ele retorna mais confiante no seu regresso na sociedade.

A pedagogia hospitalar pode estar presente em vários espaços e de maneiras diferentes no hospital, através de brinquedotecas, nos ambulatórios, nos quartos, nas enfermarias e nas classes hospitalares (BALLEN, 2019). Esse ramo de atuação gera novos desafios aos profissionais, porque falta conhecimento sobre o assunto.

Para atuar em hospitais, o pedagogo necessita estudar para enfrentar diversas vivências e histórias. O professor necessita ter, no mínimo formação, em Licenciatura em Pedagogia, se possível preferencialmente Pós-graduação em Educação Especial e, em alguns poucos lugares, já se exige a especialização em Pedagogia Hospitalar, para assim poder atuar na classe hospitalar (BRASIL, 2002).

A atuação do pedagogo em ambiente hospitalar legitima os direitos e, em conjunto com profissionais da área da saúde, possibilita um efeito amenizador no

tratamento do paciente, ou seja, diminui o afastamento brusco do cotidiano e das tarefas antes exercidas como de costume pela criança/adolescente (BALLEN, 2019). Ainda segundo a autora, traz em seus estudos que a Pedagogia Hospitalar possui três modalidades. Classe Hospitalar: refere-se à escola no ambiente hospitalar na circunstância de internação temporária ou permanente, garantindo o vínculo com a escola e/ou favorecendo o seu ingresso ou retorno ao seu grupo escolar correspondente. Brinquedoteca: brincar é muito importante para a criança, porque é por meio desta ação que ela usufrua de plenas oportunidades que possibilita desenvolver novas competências e aprender sobre o mundo, sobre as pessoas, e sobre si mesma. A brinquedoteca socializa o direito de brincar. Recreação Hospitalar: atividade que oferece a oportunidade de a criança brincar, mas brincar não se limita somente ao contato ou interação com o objeto brinquedo, fundamental é constituir a possibilidade de uma atividade que pode ser realizada em um espaço interno ou externo.

A Pedagogia Empresarial caracteriza-se como uma das possibilidades de atuação/formação do pedagogo bastante recente, especialmente no contexto brasileiro. Tem seu surgimento vinculado à ideia da necessidade de formação e/ou preparação dos Recursos Humanos nas empresas (OLIVEIRA *et al.*, 2017). O pedagogo numa empresa pode atuar na área de gerenciamento de pessoas. É válido enfatizar que se trata de uma vertente compatível com o profissional em lide, pois possuem características intrínsecas de sua formação, ou seja, as estratégias e ações que a pedagogia desenvolve nesses profissionais (WERNECK, 2020).

O trabalho do pedagogo empresarial se aplica na empresa com objetivo de gerar mudanças de comportamento dos funcionários, garantindo uma melhor atuação profissional, pessoal, familiar, intra e interpessoal. Geralmente, seu papel está atrelado às atribuições ligadas ao Departamento de Recursos Humanos, assim cabe ao pedagogo o papel de estrategista e com um grupo de outros profissionais melhorarem a dinâmica da empresa, o rendimento dos funcionários, as relações entre esses, etc. (BARDUNI FILHO; FIGUEIREDO, 2020).

O Pedagogo Empresarial surge como uma nova ferramenta para o desenvolvimento das empresas, auxiliando no desenvolvimento das competências e habilidades de cada indivíduo, estruturando e reestruturando as relações de trabalho. Um trabalho que vai além da compreensão de aspectos teóricos, pois favorece o

rompimento de paradigmas e, desse modo, propicia ao colaborador da empresa ultrapassar seus próprios limites, a partir do exercício de suas capacidades (BARDUNI FILHO; FIGUEIREDO, 2020).

A Pedagogia Social advém da necessidade de mediar intervenções metodológicas nas camadas sociais menos favorecidas utilizando a educação não formal para desempenhar suas ações. “Os espaços para a efetivação dessa educação não formal pode ocorrer em vários espaços e atendendo a diversos públicos entre eles podemos citar: igrejas, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), associações comunitárias, entre outras” (SANTOS *et al.*, 2017).

A Pedagogia Social traz em seu “DNA” o estudo de indivíduos com algum tipo de problema, seja ela de adaptação social ou desestabilidade familiar, isso na infância ou na terceira idade são vulneráveis. Com isso, é considerada a ciência da educação, que não se faz no meio familiar ou escolar, no entanto, não nega a importância da escola ou da educação formal diante desse processo. Logo a Pedagogia Social é uma área de atuação fora do âmbito escolar, mas que caminha também com esse processo de atuação (COSTA; SOARES; MEDEIROS, 2020)

O trabalho do pedagogo social se ampara na preocupação da formação do ser considerando suas múltiplas relações sociais. Essa pedagogia integra os saberes e as práticas das camadas socialmente excluídas do conhecimento científico, contemplando a esfera cultural dessas classes. Diferentemente da pedagogia tradicional, na pedagogia social não há separação da teoria e prática e do saber erudito para o saber popular (MOTA NETO; OLIVEIRA, 2018).

De acordo com os autores Costa, Soares e Medeiros (2020), a Pedagogia Social materializa-se como prática licenciada por um pedagogo, que atua em instituições não escolares, baseando-se em vivências diferenciadas de uma sala de aula, mas sem deixar de ter o aluno como sujeito de sua investigação. A prática pedagógica, nesse cenário, encontra-se a circunstância social em que o pedagogo irá ter o seu novo campo de trabalho.

Prioritariamente a Pedagogia Social irá trabalhar com a Educação Social como base para fortalecer a transformação social. Os autores acima citados, afirmam que esse profissional (Educador Social), tem como papel fundamental intervir junto à equipe técnica através dos métodos pedagógicos na recuperação desses indivíduos com dificuldades, sobretudo social. Emerge assim um olhar mais aguçado para as

situações desfavoráveis, nas quais esse sujeito está envolvido.

A Pedagogia Jurídica é um trabalho educacional desempenhado fora do ambiente escolar, mas que é desenrolado em um espaço institucionalizado, estruturado e sistêmico. As leis e regras contidas neste ambiente visam subsidiar benefícios aos cidadãos por intermédio da resolutividade de adversidades nas vias legais. O trabalho do licenciado no campo jurídico tem seu foco no social e nas implicações de atos diante da sociedade (SANTOS *et al.*, 2020).

Conforme Araújo e Andrade (2016), a atuação do pedagogo no campo jurídico é uma forma de contribuir para formação e ressocialização dos indivíduos, pois como explícito na ECA seu trabalho envolve aconselhamento e orientação. Assim, podendo viabilizar a educação e o desenvolvimento das capacidades morais, físicas e intelectuais, relacionando o desenvolvimento do indivíduo de maneira abrangente.

Em suma, o trabalho do pedagogo no Tribunal de Justiça está dividido em: crimes infracionais de crianças, adolescentes e adultos, e na gestão de pessoas ao fazer valer seus direitos. Para Santos *et al.* (2020), tal profissional não atuará isoladamente, visto que o espaço jurídico possui uma equipe com múltiplas formações que é composta pelo pedagogo, assistente social e psicólogo que desempenham uma prática multidisciplinar para garantir as prerrogativas dos usuários do judiciário.

A atuação do pedagogo no tribunal ainda se desenvolve em passo bem lentos, no entanto, apenas a inserção deste profissional neste campo de trabalho só evidencia a importância e a veracidade da Pedagogia como uma Ciência da educação, que a partir de suas experiências, formações e ações realizadas na prática geram conhecimentos que se estendem a diversos ambientes sociais (SANTOS *et al.*, 2020).

O campo da Pedagogia Museal oferece ao pedagogo um espaço de educação não formal, que por um longo período foi apontado como um ambiente de coisas antigas e de baixo valor, ou na contramão, com a especulação de mantenedora de itens caros e raros. Ao longo dos séculos, com o crescente do avanço tecnológico e o estímulo das Artes no ambiente escolar surgiu a necessidade de utilizar metodologias educacionais de modo a contextualizar o processo de ensino-aprendizagem, isso gerou um estreitamento da Educação Formal da Educação Não-formal. Com isso, espaços museais antes vistos com a finalidade de entreter, passaram para um campo amplo de pesquisa (BENTO, 2019).

A carta de Belém/Pará (2014, p. 2), documento do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), baseado nas discussões realizadas no I Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), trata sobre os Parâmetros e Princípios para a elaboração e posteriormente a efetivação da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). O documento aponta cinco princípios para a elaboração da Política Nacional de Educação Museal.

PRINCÍPIO 1: Estabelecer a educação museal como função dos museus reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, conservação, comunicação e pesquisa.

PRINCÍPIO 2: A educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.

PRINCÍPIO 3: Garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu.

PRINCÍPIO 4: Cada museu deverá construir e atualizar sistematicamente a sua Política Educacional, em consonância ao Plano Museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas.

PRINCÍPIO 5: Assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com os diversos setores dos museus.

O texto indica que algumas ações devem ser iniciadas, como a formação de setores de educação museal e a carência de políticas educacionais individuais, considerando que cada instituição possui peculiaridades e que o público visitante é diversificado. Portanto, torna-se cada vez mais pertinente o exercício da prática profissional do licenciado em pedagogia nesse espaço, considerando que o profissional se ocupará de assuntos referentes ao ensino e aprendizagem, auxiliando na reflexão do educativo do museu (SOUZA, 2016).

Em 2017, o 7.º Fórum Nacional de Museus (Porto Alegre/RS, 2017), foi realizado o 2.º Encontro Nacional do PNEM. Foi apresentada neste evento a proposta final da Política Nacional de Educação Museal composta por 18 diretrizes. O documento foi estruturado em eixos temáticos, contemplando o gerenciamento, os profissionais que atuam nos espaços museais, formação, pesquisa, museus e sociedade.

A publicação do IBRAM, intitulada de Museus em Números (IBRAM, 2011), pontua a significativa presença de profissionais da pedagogia integrando equipes de



diversas instituições museais do Brasil. Considerando as respostas dos museus ao Cadastro Nacional Museal (CNM) totalizaram 406 pedagogos. Em comparação ao corpo técnico, somente outros quatro profissionais superaram esse número: os bibliotecários (424), os historiadores (859 profissionais), os museólogos (477) e os conservadores (440). É preciso ressaltar que historicamente, os três últimos profissionais mencionados sempre estiveram ligados às ações de comunicação, pesquisa, conservação e preservação.

O papel do licenciado no âmbito do espaço museal está completamente permeado pela sua formação em Pedagogia. Conhecer o público, entender a sua diversidade de origens, de níveis de desenvolvimento cognitivo, particularidades de interesse e, a partir daí, propor formas de apresentação do conteúdo, estratégias didáticas é a contribuição do pedagogo para as equipes dos setores educativos nos quais estão inseridos. A função de mediar o conhecimento técnico dos museólogos/historiadores/físicos e o público visitante é um dos papéis do pedagogo no espaço museal. É tarefa do pedagogo contribuir para que a equipe técnica compreenda o perfil do visitante e as diferentes maneiras de aprendizado, transformando esse conhecimento técnico de forma a torná-lo acessível aos mais diversos públicos (SOUZA, 2016).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O presente trabalho acerca da formação inicial do pedagogo para atuar em espaços não escolares aborda questões sobre o currículo do curso de Pedagogia, as potencialidades para atuação e as práticas do pedagogo em espaços não escolares. Refletir esses pontos, sem dúvida, não foi uma tarefa fácil, ainda mais se considerar que o foco da pesquisa é basear-se em publicações mais recentes para construção de reflexão acerca da nova demanda social, por não possuir um número alto de publicações, para propiciar subsídios suficientes e obtenção de um conhecimento concreto.

Ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) foi percebido que o curso de graduação de Pedagogia vai além da carreira do magistério, o que é enfatizado por Severo (2015), ao afirmar que as possibilidades da atuação desse profissional em espaços não escolares são reais em atendimento das necessidades contemporâneas. Em contrapartida, Vargas (2016), menciona que o principal eixo de

atuação do pedagogo é o escolar. Diante dessas afirmativas e pelos estudos realizados a priori, não há uma obrigatoriedade para que as Instituições de Ensino Superior em seu currículo do curso de Pedagogia dêem ênfase aos espaços não escolares para que o pedagogo ao concluir sua graduação esteja apto para o mercado de trabalho. Isto ocorre porque o currículo do curso apresenta uma ausência de diálogo entre teoria e prática, falta de substancialidade de disciplinas que se propõem a tematizar o campo não escolar.

Apesar DCN do curso de Pedagogia mencionar que o pedagogo é um profissional que pode atuar em espaços não escolares, ao que parece, não deu “espaço” para que suas orientações legais impactam de forma direta as instituições de ensino superior, de maneira que estas se abrissem para a elaboração de um currículo para o curso de Pedagogia que oferecesse subsídios concretos para a formação inicial do pedagogo capaz de atuar com qualidade para além dos muros da escola.

Em concordância com o exposto, Oliveira *et al.* (2017) afirmam que o curso de pedagogia deve formar um pedagogo “*Stricto sensu*”, ou seja, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e informal, decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais.

Pinheiro (2020), considera que a formação em Pedagogia é uma formação que perpassa por diversas áreas do conhecimento, é importante que haja uma reflexão sobre os conteúdos que precisam ser abordados nos cursos ofertados pelas instituições de ensino, para que fique de acordo com a necessidade da atualização que o campo tem demandado, através de novas práticas educacionais. Em concordância, Araújo *et al.* (2018, p. 16) afirmam que “muitas são as melhorias necessárias aos cursos de formação de professores no Brasil, mesmo com as constantes mudanças nas matrizes curriculares e nos projetos pedagógicos”.

No que se refere às potencialidades da atuação do pedagogo em espaços não escolares, fica claro que as Diretrizes Curriculares Nacionais não conceituam quais as categorias desses espaços. Com isso, alguns espaços não escolares de atuação do pedagogo são recentes e não há muito material disponível na literatura que

explique e dê subsídios para compreender o trabalho em questões práticas, ou seja, para entendimento do que é esperado pelo profissional da pedagogia atuante nos diversos âmbitos por uma falta de sistematização desse trabalho. Em concordância com as DCNs, Peixoto (2020) pontua alguns eixos da prática pedagógica em espaços não escolares. Para o autor, a Pedagogia é concebida através de uma prática educativa intencional, que tem o papel de desenvolver as potencialidades do ser humano. Nesse sentido, ao estabelecer a relação teoria e prática com a prática educativa é possível contribuir de fato para a construção do homem crítico e reflexivo como parte de uma sociedade que está em constante mudança.

Segundo Pinheiro (2010), existem desafios a serem vencidos ainda para o pedagogo que atua em espaços não escolares, por isso, a formação inicial precisa e deve manter o foco nos diferentes contextos culturais e sociais, destacando a formação generalista desse profissional, ampliando assim suas possibilidades de práticas além de ampliar também a visão de mundo, pois as possibilidades de ensino-aprendizagem estão em todas as partes, não sendo prioridade unicamente do ambiente escolar. Em concordância, Lucindo (2017) afirma que tais desafios ocorrem por motivos de que a pedagogia “ainda carrega resquícios dos primórdios do curso, enfatizando a atuação do pedagogo para os espaços escolares”.

E por fim, ao compreender as questões do currículo do curso de Pedagogia quanto às potencialidades da formação inicial é de suma importância entender quais os espaços não escolares que a prática do pedagogo pode estar inserida, o que foi mencionado por Lacerda (2016), em sua pesquisa sobre a atuação de pedagogos em espaços não escolares e que Severo (2015) corrobora afirmando que, há uma pluralização dos cenários de ação profissional do pedagogo.

Considerando as pontuações dos autores citados acima, nesta pesquisa, são abordados cinco espaços, sendo elas: a Pedagogia Hospitalar, Pedagogia Social, Pedagogia Empresarial, Pedagogia Jurídica e Pedagogia Museal. Vale destacar que nessas áreas citadas não é comum encontrar pedagogos atuando, considerando que são áreas novas no Brasil.

O pedagogo que atua nesses espaços precisa a cada dia mostrar que seu trabalho é fundamental para poder se manter em seu espaço de trabalho que anteriormente já fora conquistado. Contudo, Lucindo *et al.* (2020), sugere uma expansão das produções no sentido de investigar as práticas educativas nesses

espaços fora do ambiente escolar, por motivo de acreditar que esses estudos “pode contribuir não só com a reorganização dos cursos de Pedagogia, mas para que a pedagogia alcance, de fato, o *status* de ciência da educação que conduz a formação desses profissionais e tem legitimidade para direcionar toda ação educativa [...]”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, é possível identificar que há um grande potencial na prática pedagógica nos espaços não escolares, e formar profissionais aptos ao trabalho pedagógico fora do ambiente escolar é uma questão que precisa ser considerada na composição do projeto pedagógico dos cursos ofertados pelas instituições de ensino, para que possa abranger todas as potencialidades que o pedagogo possa alcançar no decorrer do curso, e assim, depois de sua formação acadêmica concretizada, o profissional terá uma visão ampla do seu campo de atuação, conseqüentemente, haverá a construção de um pensamento amplo quanto ao campo de atuação.

Por uma questão social a pedagogia acaba sendo sinônimo de uma atuação isolada aos muros da escola, e o presente trabalho busca uma visão de uma atuação profissional diferente das que estamos acostumados e que temos conhecimento, com o intuito de poder contribuir para a valorização do profissional, dentro e fora do campo educacional escolar, e que a venda que pode ter sido posta no pedagogo ainda no curso de formação inicial fique de lado e que as pesquisas tragam uma completa visão do quanto o pedagogo pode contribuir com o seu trabalho além do ambiente escolar para assim promover cada vez mais uma evolução sistemática da prática pedagógica nos mais variados espaços. .

A escola acaba por refletir o contexto social ao qual fazemos parte, com isso, propicia uma modelagem dessa sociedade, definindo assim, os saberes pedagógicos que serão necessários para as práticas do futuro profissional. Com isso, é necessário que a formação avance cada vez mais buscando uma docência ampla considerando os espaços não formais, para que de forma reflexiva e crítica o pedagogo utilize uma prática educativa que considere o espaço não formal como um meio de mudanças no espaço escolar mesmo não atuando nesse âmbito.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Susana Alves de; ANDRADE, Washington Dionizio de. Atuação do pedagogo: reflexões sobre sua prática no tribunal de justiça de Pernambuco. **Revista Educação e (Trans)formação**, v. 1, n. 1, p. 32-45, out. 2015/mar. 2016. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/view/765>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- BALLEN, Suélen. **Pedagogia hospitalar**. 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2019.
- BARDUNI FILHO, Jairo; FIGUEIREDO, Ana Clara Siqueira. A atuação do (a) pedagogo (a) em espaços não escolares: a pedagogia empresarial enquanto um novo campo de atuação. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 5, p. 285-297, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2727>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- BENTO, Prescilla Guilhermina. Arte, museu e educação: uma breve reflexão. **Revista Educar FCE**, v. 18, n. 1, p. 1511-1525, 2019. Disponível em: <https://www.fce.edu.br/pdf/ED18-FINAL-03.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 16 maio 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília – DF. 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000423.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021. Acesso em: em: 16 maio 2021.
- BRASIL. **Lei Federal n.º 9394, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 14 mar. 2021.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 1 de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12861-formacao-superior-para-a-docencia-na-educacao-basica?Itemid=164#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%201,de%20licenciatura%2C%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20plena>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução n.º 41 de outubro de 1995**. Direitos da criança e adolescente hospitalizados. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/conanda.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

COSTA, Magnólia Maria Oliveira; SOARES, Maria Cleoneide; MEDEIROS, Normândia de Farias Mesquita. **A relação do pedagogo com a pedagogia social**. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22639>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution? Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835/4188>. Acesso em: 2 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: Direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259>. Acesso em: 16 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Princípios e Parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal**. 2014. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Carta-de-Belem.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em Números**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_1.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

JESUS, Carlos Silva de *et al.* Reflexões sobre técnica e espaço na educação não-formal. **Synesis**, v. 10, n. 2, p. 168-180, dez. 2018. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://200.156.15.185/seer/index.php/synesis/article/view/1611/719>. Acesso em: 17 maio 2021.

LACERDA, Flávia Bahia. **O pedagogo no contexto hospitalar: para além da docência**. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

LIMA, Edwiges Inácia de *et al.* O papel da educação formal, não formal e informal na formação política de mulheres educadoras. **Pegada-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 270-286, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6305>. Acesso em: 16 maio 2021.

LUCINDO, Nilzilene Imaculada. A formação de pedagogos para atuar em espaços não Escolares: o museu como um desses campos de atuação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: Educere, 2017. p. 1566-1585.



- LUCINDO, Nilzilene Imaculada; RIBEIRO, Macilene Vilma Gonçalves. Formação do pedagogo para atuar em espaços não escolares: percepções e perspectivas do estudante de pedagogia. **Revista @ambienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 3, p. 105-131. set/dez 2019.
- MOREIRA, Adrielle de Lima; FREITAS, Maria Cecília Martinez Amaro. **Pedagogia em espaços não escolares e suas principais funções**. Anapólis - GO, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/1459>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.
- MOTA NETO, J. C. DA; OLIVEIRA, I. A. DE. Contribuições da educação popular à pedagogia social. **Revista de Educação Popular**, v. 16, n. 3, p. 21-35, 2018.
- OLIVEIRA, Israele Silveira; FERRO, Marcos Batinga; REIS, Edelfranca Gomes. O pedagogo e suas inúmeras funções nos diversos espaços de trabalho. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 10., FÓRUM PERMANENTE DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL, 11., 2017, Pernambuco. **Anais [...]** Pernambuco: Grupo Tiradentes, 2017. p. 1-13.
- PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça; BARRETO, Nayara Bessa. O tema da prática na pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, p. e020020, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659366>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- PIMENTA, Selma Garrido, *et al.* Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 15-30, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/128191>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- PINHEIRO, Raquel Alves. **Atuação dos pedagogos em espaços não formais de educação**. 2020. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- RABELO, Francly Sousa. Os espaços não escolares e os desafios da docência em ambiente hospitalar para o/a pedagogo/a em formação. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais [...]** São Luís: Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2017. p. 1-15.
- REGO, Amancio Maurício Xaver. Educação: conceitos, finalidades e modalidades. **Scientia cum Industria**, v. 6, n. 1, p. 38-47, 2018. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/view/5844/pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.
- SANTOS, Bruna Kássia Gouveia dos, *et al.* Pedagogia jurídica: a importância da atuação do pedagogo no tribunal de justiça. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 328-338, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/71>. Acesso em: 21 abr. 2021
- SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Pedagogia e educação não escolares no Brasil**: crítica epistemológica, formativa e profissional. 2015. 265f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Sobre pedagogia e pedagogos em

espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 978-995, jul./set. 2017.

SOUZA, Renata do Nascimento de; CARVALHO, Maria Cristina Monteiro P. de. **O pedagogo e os espaços não escolares**: a atuação nos museus. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Formação e inserção profissional do pedagogo**: o panorama histórico desta carreira e os egressos do curso de Pedagogia presencial da Faculdade de Educação da UFMG. 2016. 297f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

WERNECK, Jaqueline dos Santos Machado de Oliveira. Pedagogia Empresarial: Um estudo sobre as práticas para a excelência organizacional. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 1, n. 5, p. 75-92, 2020.

